

---

## CRIANÇAS ABRIGADAS E ESCOLARIZAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA O SUCESSO EDUCACIONAL

Jamily Soler do Nascimento Aguiar; Alice Nunes Garbulio; Maria do Carmo Monteiro Kobayashi.  
[jamily.soler@unesp.br](mailto:jamily.soler@unesp.br)

*Docência para Educação Básica – Programa de Pós-graduação, Universidade Estadual Paulista  
“Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Bauru.*

### **Introdução:**

A educação de crianças institucionalizadas é uma questão que precisa ser abordada de maneira sensível e com base nos direitos da criança, sob uma perspectiva de justiça social.

O abrigo institucional, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), é uma medida de proteção temporária, prevista quando os direitos são violados. Embora tenha como objetivo proporcionar cuidado e segurança, esse deslocamento da família e colocação em uma nova residência pode resultar em um conjunto de experiências subjetivas, emocionais e interpessoais na criança, desafiada pela situação. Acosta e Vitale (2009) argumentam que a família serve como o primeiro mundo social ou habitat original da criança. Quando esse vínculo é rompido, ao se colocar uma criança em um abrigo, ela está sujeita a um contexto relacional único que deve ser gerido, supervisionado e mediado para que ela cresça.

É nesse contexto que a questão central deste estudo se situa: enquanto institucionalizadas, quais são os principais desafios que as crianças enfrentam no processo escolar e como suas experiências no abrigo as afetam?

Tais crianças frequentemente carregam histórias de abandono, negligência ou instabilidade emocional. Experiências como essas têm efeito direto sobre a capacidade de um aluno se concentrar, formar relacionamentos e aprender. A hipótese de trabalho para o presente estudo é que há mais dificuldades escolares entre crianças abrigadas do que entre estáveis, em relação a estruturas familiares, e que as dificuldades escolares estão relacionadas às experiências emocionais e à falta de adaptação pedagógica à sua situação.

Há aproximadamente 33.000 crianças e jovens sob proteção no Brasil, como apontam os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2023). Um dos primeiros passos após o acolhimento é matricular a criança em uma escola pública próxima. Mas o acesso à escola por si só não significa permanência de qualidade nem se baseia em garantias de aprendizagem. Comportamentos agitados, problemas de socialização, autoestima e defasagens em leitura e escrita podem ser observados comumente na escola. Esse conjunto de fatores torna urgente a

construção de práticas educativas mais acolhedoras, começando pelo que essas crianças vivenciaram antes, respeitando seu ritmo e favorecendo ambientes seguros, afetuosos e estimulantes.

Segundo Bernardi (2009), o cuidado institucional, embora reflita uma proteção legal, pode trazer efeitos profundos na subjetividade da criança, principalmente em relação ao desenvolvimento escolar. Essas crianças frequentemente têm problemas relacionais tanto com colegas quanto com professores, levando a um desempenho escolar ruim e evasão. Muitas vezes, as escolas ainda não estão preparadas para abordar essa dimensão de suas vidas, enfatizando assim os mecanismos de segregação silenciosa e perpetuando o estigma social.

Freire (1968) há muito tempo defendeu uma pedagogia de participação na qual o aluno é protagonista de seu próprio conhecimento, construindo seu aprendizado a partir de experiências concretas e diálogo com os outros. Esse tipo de compreensão é particularmente relevante quando se trata de crianças que cresceram em sistemas de acolhimento, pois muitas delas trazem consigo uma história de silenciamento, suas experiências e verdades negadas, sua validade social tornada invisível.

Dessa feita, a pesquisa buscará produzir uma intervenção educativa focada na alfabetização e no reforço das habilidades socioemocionais das crianças, fundamentada na teoria de desenvolvimento infantil de Piaget (1968). O produto é o *Aprender e crescer juntos*, um kit pedagógico lúdico projetado para ser utilizado não apenas no ambiente escolar, mas também no próprio abrigo, enquanto mobiliza a aprendizagem por meio do jogo de forma significativa e afetiva.

Estudos demonstram que crianças cujos responsáveis participam ativamente de sua vida escolar tendem a apresentar melhor desempenho acadêmico, maior engajamento nas atividades e desenvolvimento socioemocional mais equilibrado.

(...) quanto maior a frequência de interação entre pais e filhos e da participação dos pais nas atividades escolares, culturais e de lazer dos filhos, maior o desempenho acadêmico das crianças. Infere-se que programas educacionais com mães/pais que tenham indicativo de pouco envolvimento ou envolvimento inadequado com os filhos poderiam aprimorá-lo e por consequência, resultar em um desenvolvimento mais saudável das crianças (...). (Pamplin; Williams, 2008, p. 358).

Sob esse ponto de vista, a relevância da formação docente para lidar com a diversidade escolar torna-se evidente. Os professores que trabalham com alunos em acolhimento familiar precisam ser capacitados para identificar sintomas de sofrimento, alterar seus métodos de ensino e construir um ambiente seguro de aprendizagem. No entanto, a formação inicial, em grande parte, não prevê essas especificidades, gerando lacunas na ação docente. Ao ouvir os professores da rede municipal, esta pesquisa visa apreender essas lacunas, indicando boas

práticas e caminhos para uma formação continuada que aborde uma interação ética, uma escuta ativa e uma mediação afetiva dos conflitos.

Pretende-se também, dessa forma, no decorrer da pesquisa, analisar o papel dos professores da rede municipal de Cafelândia que atuam diretamente com crianças em situação de acolhimento institucional. Busca-se identificar as estratégias pedagógicas já adotadas, os principais desafios enfrentados no cotidiano escolar e as lacunas formativas que impactam a atuação docente nesse contexto. Com isso, espera-se oferecer contribuições teóricas e práticas que subsidiem políticas públicas e ações pedagógicas mais sensíveis, qualificadas e eficazes no atendimento educacional de crianças que vivem em lares de acolhimento.

A importância deste estudo consiste na contribuição para fomentar uma educação verdadeiramente inclusiva e humanizadora, que reconhece a multidimensionalidade das infâncias abrigadas e assume o compromisso com o desenvolvimento integral dessas crianças. Como Goffman (2008) destaca, é essencial romper os estigmas e estereótipos que confinam essas crianças da convivência social e educacional e identificá-las como sujeitos de direitos inalienáveis, que aprendem, se relacionam e transformam sua própria história.

### **Objetivos:**

#### **Objetivo geral**

Analisar o processo de escolarização de crianças em situação de acolhimento institucional no Lar Rosalia, em Cafelândia, estado de São Paulo, considerando os impactos dessa vivência em seu desenvolvimento educacional e socioemocional.

#### **Objetivos específicos**

- Compreender os principais desafios enfrentados por essas crianças no ambiente escolar;
- Identificar estratégias pedagógicas e afetivas utilizadas por professores da rede municipal de ensino;
- Propor ações educativas, incluindo um produto pedagógico lúdico, que favoreçam o letramento e o fortalecimento das habilidades socioemocionais dessas infâncias em contexto de vulnerabilidade social.

### **Método:**

A presente pesquisa adota métodos mistos, com abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, a fim de compreender o processo de escolarização de crianças em acolhimento institucional no Lar Rosalia, em Cafelândia, estado de São Paulo. Serão realizadas entrevistas

semiestruturadas com professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede municipal, buscando captar suas percepções sobre os desafios, estratégias e lacunas no atendimento a essas crianças.

A revisão bibliográfica sistemática será composta por obras publicadas entre 2015 e 2025, localizadas em bases como Scielo, Google Acadêmico e CAPES, com descritores como “crianças em acolhimento institucional” e “educação inclusiva”. Serão incluídas publicações com rigor metodológico e foco educacional.

A pesquisa também propõe um produto pedagógico lúdico que articule alfabetização e habilidades socioemocionais, com base na escuta ativa e no acolhimento das experiências das crianças. Os dados serão analisados qualitativamente, respeitando princípios éticos, como o sigilo dos participantes e o uso de pseudônimos.

Por fim, espera-se que os resultados contribuam para uma prática docente mais sensível, fortalecendo a formação continuada dos professores e ampliando as possibilidades de uma educação inclusiva e humanizadora para crianças em situação de vulnerabilidade social.

### **Resultados e discussão:**

A revisão de literatura aponta que o acolhimento institucional impacta diretamente o desenvolvimento educacional e socioemocional das crianças, especialmente na fase de alfabetização. Autores como Bernardi (2009), Boff (1999) e Freire (1968) defendem práticas pedagógicas que integrem cuidado, vínculo e escuta sensível, fundamentais para crianças que vivenciaram rupturas afetivas.

Observa-se também a falta de formação docente específica para lidar com essas infâncias, o que pode agravar o fracasso escolar. O acolhimento, embora associado à Educação Infantil, deve estar presente em todas as etapas escolares, promovendo pertencimento e estabilidade emocional.

A literatura reforça a importância de estratégias que articulem alfabetização e desenvolvimento socioemocional. Assim, o produto pedagógico proposto neste estudo, que consiste em um kit lúdico e afetivo, visa estimular competências como empatia, autorregulação e cooperação, promovendo um ambiente mais justo e inclusivo para crianças em situação de vulnerabilidade.

### **Conclusão:**

Este estudo pretende analisar o processo de escolarização de crianças em situação de acolhimento institucional no Lar Rosalia, em Cafelândia, estado de São Paulo, a destacar os

impactos dessa vivência em seu desenvolvimento educacional e socioemocional. Partindo da escuta sensível às trajetórias de crianças que enfrentam múltiplas vulnerabilidades, a pesquisa buscou compreender as barreiras encontradas no ambiente escolar, bem como os caminhos possíveis para uma atuação pedagógica mais afetiva, inclusiva e humanizadora.

É possível identificar a necessidade urgente de práticas educativas que considerem a história de vida dessas crianças e suas rupturas afetivas. A literatura revisada reforça que, em contextos de vulnerabilidade, o cuidado, a escuta ativa e o afeto são dimensões fundamentais para o sucesso escolar. A proposta do kit pedagógico surge, portanto, como uma intervenção concreta, que articula alfabetização com o fortalecimento de competências socioemocionais, promovendo, por meio do brincar e da mediação intencional, vínculos mais sólidos entre escola e aluno.

Com base na teoria de Jean Piaget (1968), compreende-se que o desenvolvimento infantil ocorre por meio da assimilação e acomodação de experiências, sendo o jogo de regras uma ferramenta poderosa na construção do pensamento lógico, da cooperação e da autorregulação. Nesse sentido, atividades lúdicas planejadas com propósito pedagógico e afetivo podem contribuir para ampliar as possibilidades de aprendizagem das crianças acolhidas, ao mesmo tempo que fortalecem sua autoestima e senso de pertencimento.

A pesquisa também reafirma a importância da produção de conhecimento comprometida com a transformação social. Tornar visíveis as experiências dessas infâncias é, além de um movimento ético, um ato político: é reconhecer que nenhuma criança deve ser abandonada por sua condição social, familiar ou afetiva. Assim, esta investigação propõe não apenas compreender, mas intervir, propor, criar e transformar.

Como perspectivas futuras, propõe-se o aprofundamento da escuta direta das crianças, respeitando os trâmites éticos, e a ampliação do uso do produto educacional em diferentes contextos, como outros abrigos e redes escolares.

Em síntese, esta pesquisa espera abrir caminhos, promover reflexões e inspirar ações que reafirmem o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade, acolhedora e transformadora.

### **Referências:**

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. Família: redes, laços e políticas públicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, p. 1203-1208, 2009.

BERNARDI, D. C. F. *Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento*. São Paulo: Associação Fazendo História; NECA, 2009. (Coleção Abrigos em Movimento). Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/publicacoes>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco/es/adocao/sna/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

PAMPLIN, R. C. O.; WILLIAMS, L. C. A. O impacto do envolvimento parental no desempenho acadêmico das crianças. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 352-360, 2008.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.